

Ordem, higiene e embelezamento na Cidade Alta e na Cidade Baixa:

A modernização da cidade da Parahyba – Brasil

Doralice Sátyro Maia

Pós-Doutorado em Geografia Humana – Universidad de Barcelona – Espanha
Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Paraíba

Revista
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA

INTRODUÇÃO

A cidade da Parahyba¹ até início do século XX centrava-se nas duas porções geomorfológicas que lhe deram origem: margens do rio Sanhauá e Baixo Planalto Costeiro (colina). Esta compartimentação topográfica determinava a divisão da cidade em duas áreas: Cidade Baixa e Cidade Alta. Característica de muitas cidades do Brasil Colônia, onde a Cidade Baixa era dominada pelas construções comerciais e a Cidade Alta, pelos edifícios religiosos e administrativos. Além da própria caracterização morfológica, essa designação era utilizada em descrições de viajantes, em crônicas, em documentos oficiais, como registros de imóveis, leis e posturas municipais, bem como pelos habitantes locais conforme se verifica nos anúncios e nas matérias jornalísticas.

A Cidade Baixa, conhecida também pelo nome de Varadouro, era simbolizada pelo cais do rio Sanhauá e espaços contíguos que compunham um misto de área residencial e comercial, onde famílias de negociantes e seus caixeiros acomodavam-se nos andares superiores de sobrados e na parte inferior funcionava o comércio. A Cidade Alta foi marcada desde o início pelas construções religiosas que lhe imprimiram um traçado em cruz e pelas edificações administrativas. Nesse traçado, as ruas da Cidade Alta caracterizavam-se pelas pequenas curvas, mas mantinham certa linearidade e eram cortadas por pequenas travessas e becos e as da Cidade Baixa seguiam o traçado do rio, entrecortadas por ruas tortuosas que acompanhavam a topografia e faziam ligação com a Cidade Baixa. Nestas ruas distribuía-se as casas, os sobrados, as igrejas e os edifícios públicos da cidade e foi onde se deram as implementações dos ícones da Modernidade: ordenamento, alinhamento, limpeza, serviços e equipamentos urbanos.

Tais implementações não se deram em um mesmo tempo. Através da análise de documentos do século XIX e início do século XX, verifica-se que o ordenamento das ruas,

¹ A cidade da Parahyba, atual João Pessoa foi fundada por ordem expressa da Coroa Portuguesa em 05 de agosto de 1585. Em homenagem à santa do dia recebeu o nome de Nossa Senhora das Neves. Ao longo da sua história recebeu diversas denominações: Filipéia de Nossa Senhora das Neves, no período da União Ibérica; Frederica, na época da ocupação holandesa; Cidade da Parahyba, após a expulsão dos holandeses e em todo período imperial até o ano de 1930 quando então passou a chamar-se João Pessoa, em homenagem ao líder político assassinado. Portanto, essa cidade está entre aquelas que não foram nem povoados e nem vilas, ou seja, já nasceu enquanto tal. O interesse da Coroa em fundar a cidade de Nossa Senhora das Neves surgiu por uma questão de domínio do território.

os serviços de limpeza e ainda a instalação dos equipamentos ocorreram inicialmente nas ruas da Cidade Alta e posteriormente na Cidade Baixa, privilegiando-se as principais vias.

O texto objetiva revelar as impressões da modernização da Cidade da Parahyba a partir das normativas de ordenamento, higienização e alinhamento, bem como as alterações que marcaram a morfologia e a vida da cidade no século XIX e princípios do século XX.

1. O MOVIMENTO DA MODERNIDADE E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS

O século XIX, de acordo com Marshal Berman corresponde à segunda fase do movimento da Modernidade, aquela que se inicia com a Revolução Francesa em 1790 e se estende até o final do século subsequente. Para o autor, esse período se caracteriza por ser uma “era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política” e quando o público moderno vivia material e espiritualmente “em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro” (BERMAN, 1986, p. 16). No século XIX, segundo o referido autor, o que primeiro se observa é “a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna.”

A descrição de Berman (1986) indica que o século XIX é caracterizado fundamentalmente pelas grandes transformações que se dão na sociedade, na economia, na política, por conseguinte, na vida social e também pelas latentes contradições. Essas transformações, segundo Horacio Capel, “tiene que ver, en buena medida, con el impacto de la primera y de la segunda Revolución Industrial sobre la ciudad y sobre las técnicas de edificación” (CAPEL, 2005, p.173). As fortes mudanças ocorridas neste século são sentidas e manifestas por vários escritores da época, – Marx, Nietzsche, Baudelaire, Dostoievski, Zola, Carlyle, Dickens, Larra, Machado de Assis, Azevedo, entre outros - como sensações contraditórias. Turbulências que provocam insegurança, medo, insatisfação, mas também encantamento, satisfação e admiração. E, como bem expressou Berman (1986, p. 35), “Marx, Nietzsche e seus contemporâneos sentiram a modernidade como um todo, num momento em que apenas uma pequena parte do mundo era verdadeiramente moderna”.

Os autores supracitados ao relatarem ou descreverem as suas leituras e suas sensações, na maioria das vezes se referem às cidades onde viviam ou por onde passavam. De fato, as cidades são o espaço por excelência da manifestação do Movimento da Modernidade nas suas mais diversas revelações.

Revista
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA

2. A MODERNIDADE, O HIGIENISMO E A CIDADE BRASILEIRA

A Modernidade vai estabelecendo-se no mundo e tem como lócus principal a cidade. É nesta configuração espacial que inicialmente vão se dar as instalações dos equipamentos modernos: a indústria, a ferrovia, o maquinário, a iluminação pública, o telégrafo, os edifícios modernos, as largas avenidas, etc.² A partir do final do século XVIII as cidades européias passam por profundas alterações, provocadas não só pelo vertiginoso crescimento populacional, pelo aparecimento das indústrias, pela expansão da cidade, pelas inúmeras construções, pelo estabelecimento das ferrovias, pela produção e circulação de novas mercadorias, entre outros elementos, como também pela radical mudança na vida social.

Todo esse turbilhão de pessoas, de construções e de inovações transformou a cidade e, por conseguinte, a vida social nela existente. Neste momento, anuncia-se uma vida nova³, vida esta promulgada pelas idéias que vão repensar o espaço, em especial o das cidades, que se tornam cada vez mais o lócus da Modernidade. É no século XIX que a Modernidade vai se expressar mais fortemente na conformação das cidades, ou na morfologia urbana, especialmente ao exigir uma outra estrutura urbana, como também irá receber os novos equipamentos. Se tais mudanças ocorrem nas cidades européias e norte-americanas com bastante ênfase no decorrer do XIX, em outros recantos do mundo, especialmente nos países ex-colônias, estas transformações se iniciam na segunda metade do XIX, mas ganham mais força no final do século, prolongando-se às primeiras décadas do século XX.

Destarte, a difusão das relações capitalistas de produção, o crescimento da circulação comercial das mercadorias, a consolidação da propriedade privada da terra, os novos incrementos tecnológicos, a grande expansão e transformação das cidades exigiram intervenções públicas na cidade, que se fizeram primeiramente a partir da criação de

² Sabe-se que a indústria se instala inicialmente no campo, mas é na cidade que ela vai se desenvolver completamente. É importante registrar que no século XIX ocorrem também grandes transformações no campo desde a extinção das terras comuns, o estabelecimento da propriedade privada à introdução do maquinário agrícola e ainda as alterações nas relações de trabalho

³ De acordo com Lefebvre (1969, p. 80), “cada época teve, como seu diabo e seu deus, esse bem precioso entre todos: a imagem da Vida Nova, esperada, desejada, “possível.” Trata-se segundo o autor, de um mito, de uma utopia, ou mesmo de uma esperança, mas que se instala com força no vivido com todas as suas contradições.

normativas que regulavam a construção e a re-estruturação das cidades. Estas teriam como princípios os dois grandes ideais citados, o da Modernidade e o do Higienismo.

Outra associação à cidade do século XIX, bastante presente nos escritos sobre a temática e responsável inclusive pela eclosão do Higienismo, é a de lugar das epidemias. De fato, são marcantes as grandes epidemias que atingem as cidades neste período e que por sua vez vão fomentar a propagação das idéias do Higienismo associado ao conhecimento médico. Vale acrescentar que é também no século XIX que o conhecimento científico ganha força a partir das idéias racionalistas e positivistas. Sobre esta questão, observam Sérgio Pechman e Lílian Fritsch: “O adensamento populacional, a aglomeração humana geravam como subproduto as enfermidades de massa, as epidemias, realidade presente nas cidades que ingressavam na área da modernidade e da industrialização” (PECHMAN & FRITSCH, 1985, p.141).

O século XIX, portanto, encontraria as grandes cidades atormentadas com o problema da insalubridade, cujo agravamento progressivo estava conduzindo-as irremediavelmente a uma situação de ingovernabilidade. Como implementar a modernização, o progresso, o ideal de multiplicação das riquezas da sociedade, se pairava sobre todos, como uma espada de Dâmocles, o temor das epidemias? Como conduzir de maneira racional e planejada o processo de mudanças detonado pela Revolução Industrial se, a cada tanto, as doenças recrudesciam, dizimando a população por toda a extensão do território urbano? [...] (PECHMAN & FRITSCH, 1985, p. 141 - 142).

Esse conjunto de acontecimentos permite que se instalem nas cidades políticas pautadas no saber médico e sanitário: médicos, sanitaristas, governantes e engenheiros voltaram-se para apresentar à população as possíveis soluções. É no decorrer do século XIX que os governantes passaram a contratar médicos e sanitaristas para desenvolverem os planos de urbanização.

Segundo Maurício de Abreu “o pensamento higienista, que já se projetava na Europa há algum tempo, vai também fincar as suas bases no Brasil” a partir do início do século XIX e adotará uma polícia médica para as áreas urbanas, ou seja, “uma política de saúde destinada a colocar os interesses coletivos acima dos individuais” (ABREU, 1997, p. 38). O autor expõe que o pensamento higienista foi aos poucos sendo implantado no Brasil, e

que a partir das instituições de ensino médico no país, o mesmo ganha força e passa a ser difundido, mas que é no Rio de Janeiro, então a maior cidade e a capital do Brasil, que o Higienismo “vai mostrar toda a sua força” (ABREU,1997, p. 42).

Ainda sobre a força do Higienismo no Brasil, vale trazer a afirmativa de Sidney Chalhoub (1996) de que a Higiene configurou-se uma ideologia, “ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à civilização, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimização apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano” (CHALHOUB, 1996, p.35). Tais princípios fundamentam a criação da Junta Central de Higiene, instituição do governo imperial, “fundada para coordenar os esforços governamentais no combate às epidemias”, responsável por cuidar das questões de saúde pública em todo o império e que “irá realçar ainda mais a posição de destaque do saber médico” (ABREU, 1997, p. 45). Este conjunto de idéias, ainda de acordo com o referido autor, “iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação ‘saneadora’ dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública.” E, ainda, a divulgação e a propagação de conceitos como “limpeza” e “beleza” e os seus opostos, como “imundície”, “desordem”, “tempos coloniais”, entre outros, imprimem na sociedade e particularmente nas cidades, “o desejo de fazer a civilização européia nos trópicos” (ABREU, 1997, p. 45).

As medidas apresentadas pelos “senhores sabedores da saúde pública” vão determinar profundas transformações na morfologia das cidades: avenidas serão abertas e iluminadas, casas serão demolidas, grandes prédios edificadas, as habitações dos trabalhadores serão transferidas para áreas afastadas, prisões, hospitais e cemitérios também deverão estar fora da cidade e lagoas e áreas alagadiças serão aterradas e a água passará a ser fornecida pelo sistema de abastecimento canalizado. Esta nova concepção de cidade que se instaura inicialmente em Londres e Paris propaga-se pelo mundo, dando à cidade, uma nova feição: a da cidade moderna. E é esta nova imagem da cidade que passa a ser a grande inspiração dos governantes e da elite das cidades brasileiras.

Em 1894, em decorrência das constantes epidemias que se propagavam pelas cidades brasileiras e principalmente na cidade do Rio de Janeiro, a Secretaria de Negócios do Interior criou o Código Sanitário. Este código ordena a vacinação de todos os habitantes da cidade. Por conseguinte, os agentes de saúde passam a ser acompanhados da força policial

para realizarem a vacinação. Aliado a este fato, decide-se tanto no Rio de Janeiro, como na maioria das outras cidades brasileiras, por se afastar as denominadas classes pobres ou “classes perigosas” da área central alocando-as nos arredores da cidade com o objetivo claro de evitar que estes “portadores de doenças” transmitissem seus males à elite. O conjunto dessas medidas, somado à falta de uma educação sanitária, que ao invés de obrigar, informasse e convencesse a população da importância da vacinação, gera o que conhecemos como a Revolta da Vacina.⁴

Já na cidade de São Paulo, o veículo para atingir a condição de cidade salubre e higiênica é a criação, em 1918, do Instituto de Higiene. Este organismo tem entre outras, a finalidade de ordenar a vida pública e sanear a cidade, através da educação escolar como estratégia de política sanitária. Os preceitos higiênicos eram difundidos por meio da propaganda dos efeitos benéficos que uma boa educação sanitária poderia trazer àqueles que seguissem as recomendações dos homens da ciência. Para isso, investe-se na formação de agentes da saúde pública que fundamentados nas concepções higiênicas conseguissem persuadir a população, disseminando assim, a “cultura de higiene nos meios populares” (ROCHA, 2003).

Esses profissionais da higiene tinham o intuito de também transformar a cidade em um espaço moderno, fazendo com que a mesma deixasse de lado o ar provinciano. Baseavam-se na Fundação RocKefeller, ou seja, na Junta Internacional de Saúde Norte-Americana, caracterizada pelos investimentos na área de saúde e pela ação contra a miséria e insalubridade nas cidades, em outras palavras, os ideais de reforma sanitária. Note-se que as ações dos profissionais de higiene compõem o conjunto de medidas tomadas pelos legisladores que tinham aquele intuito anteriormente citado: o de transformar a cidade em uma urbe moderna e salubre.

Assim, uma nova cidade é construída, a estrutura desta vai apresentar ruas alargadas, calçadas, alinhadas e iluminadas, muitas das suas casas baixas são destruídas, a sujeira, a escuridão, a falta de circulação de ar são deixadas para trás, praças e jardins são construídos e novos prédios pomposos e elegantes são erguidos para abrigar as instituições administrativas.

⁴ A Revolta da Vacina ocorre em 1904 na cidade do Rio de Janeiro quando o serviço de vacinação estava imunizando o maior número de pessoas nunca antes visto. Entretanto é importante lembrar que as pessoas eram vacinadas por força policial e não por vontade própria, o que fazia crescer cada vez mais a revolta contra os vacinadores, médicos e sanitaristas.

Vale ressaltar que as normatizações do espaço urbano não se deram unicamente sobre as habitações, mas também determinaram a construção de cemitérios, de hospitais e de mercados públicos. Além de fixar a localização desses estabelecimentos prescrevia ainda a sua função. Sobre a localização, destaca-se que aqueles estabelecimentos considerados infectos, deveriam situar-se em áreas distantes da cidade, ou seja, apartados da urbe moderna. Um dos exemplos é o hospital. A respeito da localização do hospital resgatamos as palavras de Foucault (1990) que elucida a sua história:

Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres. Instituição de assistência, como também de separação e exclusão. O pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso. [...]. (FOUCAULT, 1990, p. 101).

E acrescenta:

A questão do hospital, no final do século XVIII, é fundamentalmente a do espaço ou dos diferentes espaços a que ele está ligado. Em primeiro lugar, onde localizar o hospital, para que não continue a ser uma região sombria, obscura, confusa em pleno coração da cidade, para onde as pessoas afluem no momento da morte e de onde se difundem, perigosamente, miasmas, ar poluído, água suja, etc.? É preciso que o espaço em que está situado o hospital esteja ajustado ao esquadramento sanitário da cidade. É no interior da medicina do espaço urbano que deve ser calculada a localização do hospital. (FOUCAULT, 1990, p. 108).

A determinação da localização dos hospitais em lugares distantes da cidade fundamentava-se na teoria do contágio e tornou-se mais emblemática com a profusão das epidemias. No mesmo sentido é que se proibem exumações no interior das igrejas e se ordena a construção dos cemitérios também em locais mais afastados.

Outro fator que também se soma às determinações anteriores é a exigência de um espaço destinado à comercialização dos alimentos, o mercado público, e, por conseguinte, a proibição da venda de produtos alimentícios em outros lugares e/ou estabelecimentos que não fossem aqueles destinados a esse fim. Dentro desse conjunto de determinações, legislações municipais passam a especificar os locais para o abate do gado e para

atividades afins. Essas determinações ocorreram nas cidades brasileiras de modo geral. A câmara do Recife, por exemplo, nos primeiros anos do Império limitava à Rua da Praia a venda de carnes salgadas e peixes secos; e as peles de animais só poderiam ser deixadas para enxugar na Praia de São Francisco. Em Salvador, proíbe-se curtir couros, salgá-los e fazer cola na cidade e povoados de seu termo. (FREYRE, 1981).

Todo esse conjunto de preceitos e determinações irá fundamentar os princípios de gestão e de ordenação do espaço urbano e implicará em uma re-estruturação da morfologia urbana. Pois, os então administradores e legisladores das cidades, pautados nos preceitos médicos procuram cada vez mais adequar as cidades às regras higiênicas, que por sua vez, deveriam evitar a proliferação das doenças, dos vícios e dos hábitos insalubres. Assim, observa-se uma tendência geral nas cidades brasileiras, apesar das diversas escalas e graus variados de intensidade em adequar as cidades aos padrões da modernidade, da salubridade e da higiene. Neste sentido, na então Cidade da Parahyba não seria diferente. Os documentos oficiais e as matérias jornalísticas expressam as determinações, as normatizações e ainda uma pretensão, principalmente por parte dos seus governantes, em concretizar profundas mudanças na estrutura e na morfologia da cidade, para transformá-la também em uma cidade moderna, higiênica e salubre.

3. A MODERNIZAÇÃO NA CIDADE DA PARAHYBA: O ORDENAMENTO, O ALINHAMENTO E O EMBELEZAMENTO DA CIDADE

Apesar das grandes diferenças entre a realidade urbana européia e a brasileira durante o século XIX e mesmo nos primórdios do século XX, fato é que os modelos criados nas duas maiores cidades do mundo da época – Londres e Paris – passam a espelhar outros que se põem em prática em localidades próximas e distantes, como as cidades brasileiras. Como bem explicita Capel (2002): “En lo que se refiere a la reforma interior fue importante la repercusión de los trabajos de Haussmann en Paris, un modelo de intervención que sería seguido por muchas otras grandes ciudades, primero en Francia y luego en toda Europa y América. Se trata de reformas autoritarias que significaban la remodelación del viejo centro para nuevas necesidades y muchas veces también, el intento de expulsión de los grupos populares” (CAPEL, 2002, p. 372).

Verifica-se já no século XIX em muitas cidades brasileiras, a implementação de medidas que provocavam significativas alterações na morfologia das cidades. Essas alterações deram-se mais fortemente na capital imperial (Rio de Janeiro), mas também em várias outras cidades, como em São Paulo, Salvador, Belém, Natal e Parahyba. Conforme expresso anteriormente, essas modificações tinham como propósitos a higiene (construção dos cemitérios, transferência das Casas de Misericórdia e hospitais para lugares afastados, criação das Juntas de Higiene, demolição dos cortiços em algumas e das casas de palha em outras, etc.) e de Modernidade (avenidas largas e iluminadas, bondes elétricos, parque e praças, entre outros exemplos).

A Cidade da Parahyba no século XIX era marcada pela singeleza e por uma vida urbana de pouca intensidade. No início do século, a população estava reduzida a cerca de três mil habitantes e em 1828 é que contabiliza o total de 5.816 habitantes.⁵ Possuía 55 sobrados; 246 casas de alvenaria; 608 casas de taipa e 1.210 casas de palha.⁶

Um acréscimo dessa população pôde ser notado quando da abertura dos portos brasileiros ao Comércio Internacional, com o tratado de 1808. Com o maior fornecimento de matérias primas e de produtos industrializados, aumentam as instalações do comércio nas cidades portuárias, por conseguinte na Cidade da Parahyba. Em meados do século XIX, mais precisamente em 1851, contabiliza-se uma população de aproximadamente

⁵ Mapa apresentado pelos Vigários das diferentes Freguesias, 1828, Arquivo Nacional.

⁶ Mappa Estatístico da População da Provincia da Parahyba do Norte, 1828, Arquivo Nacional.

9000 habitantes, o que representa um acréscimo de 54,75% no período de 23 anos. E, em 1910, a população atinge o total de 25.000 habitantes, crescimento populacional este que se dará junto com as modificações da estrutura da cidade, principalmente a partir da instalação dos equipamentos urbanos.⁷

Porém, as mudanças na estrutura urbana ocorrerão lentamente e por todo o século XIX, principalmente após 1850. Mesmo com os preceitos de higiene já incorporados às posturas urbanas, a vida de muitos habitantes estava bastante distante de cumprir tais determinações. Pois, além das precárias condições econômicas em que viviam, muitos dos equipamentos urbanos quando instalados não chegavam à população mais pobre.

Assim, até meados do século XIX, a cidade pouco cresceu, não ultrapassando muito os limites entre o rio e a colina anteriormente descritos. Nesse período, mudanças profundas na sociedade brasileira e as suas subseqüentes normativas marcam o ordenamento espacial: a Lei de 1835 que extingue o morgadio; a implementação da Lei de Terras de 1850, que institucionaliza a propriedade da terra e as posturas municipais que lentamente vão sendo modificadas. Tais registros implicam em graduais, mas profundas transformações no parcelamento do solo da cidade, como também na sua vida social.

⁷ Almanack Paraibano para 1911. Estudos e Opiniões. p. 778. Arquivo Nacional.

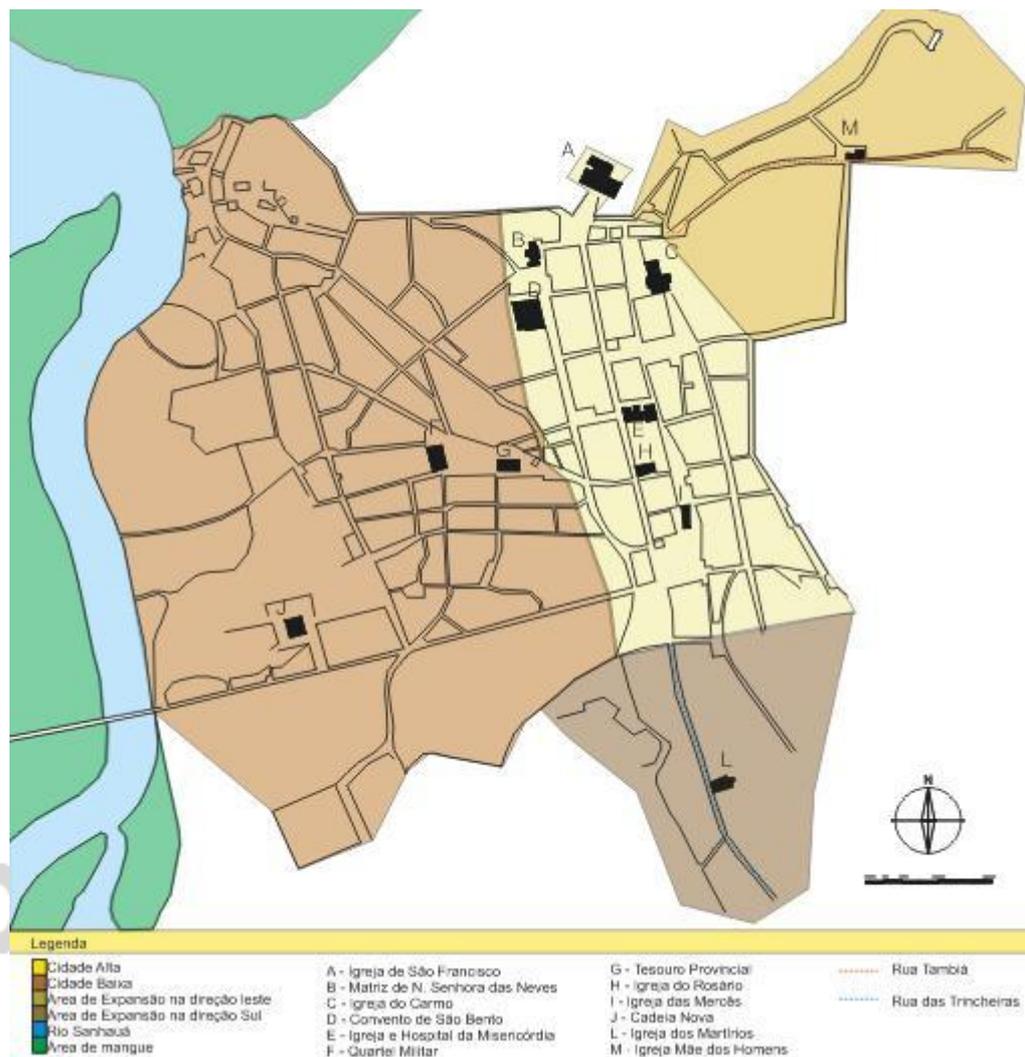


Figura 1 – Planta da Cidade da Parahyba, 1855. Fonte: Mapa feito sobre base levantada por Alfredo de Barros e Vasconcelos, 1855. Elaboração: Maria Simone Morais Soares, 2009.

Na cidade da Paraíba, datam de meados do século XIX os primeiros registros de ordenamento das ruas, como também a primeira medida no sentido de se elaborar uma planta da cidade (TEIXEIRA, 1996, pp. 99-100). (Figura 1). Essa alteração integra a modificação no âmbito conceitual da questão espacial que se dava desde os anos oitocentos em todo mundo. No entanto, nas cidades brasileiras, tal alteração teve maior impacto, uma vez que, até então, não se tinha delimitação dos terrenos e a planificação não era determinante. (MARX, 1991, p. 123).

No ano de 1831 são aprovadas algumas posturas da cidade da Parahyba. Entre as determinações expressas, estão as que definem as formas que vão se expressar nas transformações da paisagem urbana. Na postura 13 de 1831, ordena-se que “só poderão

conservar cercas, ou de pedra e de cal ou de taipa que se possa rebocar e cair”, proibindo-se as cercas de madeira. Nesta mesma postura, no artigo 2, estabelece-se um recuo das edificações em relação ao alinhamento da rua, de “vinte e quatro palmos craveiros para sua largura, tanto na frente, como no fundo. Ainda neste mesmo conjunto de posturas, determina-se que as ruínas ou edificações bastante deterioradas sejam destruídas. (Posturas n.12, 13 e 14, Câmara Municipal, 1830, Arquivo Histórico do Estado da Paraíba).

Além das posturas, outros documentos como cartas e leis também expressam a idéia de que a cidade precisava ser ordenada e higienizada. Em ofício redigido à Presidência da Província, a Câmara Municipal expõe as dificuldades encontradas por esta instituição a “prover sobre limpeza, desempachamento e alinhamento das ruas”, uma vez que se verifica a cada dia novas edificações na cidade “sem nenhuma regularidade e isto a falta de um plano geral pelo qual se possa dirigir o fiscal e o coordenador”. Tal requisito deveria ser imediatamente atendido, já que

[...] tendo chegado a esta capital um oficial de engenho, esta mesma Câmara a bem do serviço nacional e dos habitantes desta cidade, roga a Vossa Excelência para que se digne de encarregar ao referido oficial de levantar e de apresentar um plano pelo qual se possa esta câmara dirigir na edificação e reedificação de edifícios nesta cidade, tendo em vistas os existentes, devendo fincar-se postes que assinalem não só o comprimento, e largura das ruas, e praças, como também os palmos que devem ter as casas e becos, e isto com a brevidade que for possível. (Correspondência da Câmara Municipal da Paraíba para o presidente da província da Paraíba Bento Correia Lima, datada de 4 de agosto de 1834)

Desta forma, na cidade da Parahyba no início do século XIX, constata-se a implicação do movimento geral de modificação no tratamento espacial, especialmente em relação à cidade.

Há, portanto, desde a década de 1830, início do governo imperial, uma explícita preocupação com o ordenamento e com a estética da cidade. Esta inquietação manifesta pelos governantes transformava-se em leis, decretos e normativas. Fica evidente que as idéias reveladas pelos então senhores da Câmara Municipal e da Presidência da Província compunham aquele ideário da época expresso nas linhas anteriores. Muitas dessas idéias

eram trazidas pela elite após visitarem as cidades européias ou mesmo a Corte que era para muitos “o espelho de Paris no Brasil”⁸. Dessa forma, cair as casas após o período chuvoso significava manter a cidade com boa aparência e também limpa.

Várias são as determinações que tratam da limpeza das ruas, das casas e da cidade de modo geral. Estas, para se tornarem efetivas, prescreviam penalidades que correspondiam na maioria das vezes a pagamento à Câmara, mas que em alguns casos significavam a prisão.

Remoção do lixo, limpeza das ruas, dos terrenos e das fontes foram insistentes determinações da Câmara Municipal e também da Presidência da Província. Todas as ordenações e os princípios adotados condizem com os preceitos do saber médico e do pensamento higienista do século XIX, que fundamentavam as ações da Junta Central de Higiene, que por sua vez, exigiam a adoção e o cumprimento de normas rígidas de higiene pública. (ABREU, 1997, p. 45).

A limpeza da cidade, de acordo com os princípios de higiene deveria ser conduzida de forma mais ampla possível. Tanto é que não tratavam apenas dos incrementos urbanos, mas também disciplinavam a comercialização dos alimentos. Neste sentido, foram determinados os locais e os horários adequados para a comercialização dos gêneros alimentícios na cidade. Na mesma comunicação da Câmara Municipal citada acima, ordena-se que “ninguém poderá atacar farinha, ou outro gênero alimentício antes das três horas da tarde”; todas as pessoas que conduzissem gêneros alimentícios para esta cidade deveriam dirigir-se ao mercado público; os açougues deveriam ser limpos e varridos diariamente, além de caiados e espanados. Para aqueles que descumprissem estas ordenações eram cobradas multas que variavam de dois a dez mil réis. (Jornal A Regeneração, 10 de março de 1862). Essas exigências implicavam, todavia, na exigência de dispor-se de um mercado público condizente com os princípios de higiene, bem como na determinação dos lugares para o abate das reses já expressos na postura n. 12 de 1831 e que reaparece em documentos de 1864.⁹

⁸ O personagem principal da obra *Casa de Pensão* Aloísio de Azevedo, ao sair de São Luis na Província do Maranhão e mudar para a cidade do Rio de Janeiro, a Corte, diz ansiar por lá encontrar a cidade de Paris.

⁹ Referimo-nos ao documento da Capitania dos Portos de 05 de setembro 1864 que define “dois lugares excelentes” para servir de matadouro público, ambos localizados à margem do Rio Tambiá Grande no sítio São Bento pertencente ao Mosteiro de São Bento.

Sobre as condições do mercado público, encontram-se vários registros a respeito das reformas na sua construção. Em 1864 determina-se que as madeiras utilizadas para o conserto desse edifício deveria ser de “sycopira e não de mangue como foi construída no princípio.” (Ofício da Câmara Municipal, 1864). Esta obra prolonga-se pelo ano de 1865, provocando insatisfações e levantando suspeitas sobre o engenheiro responsável que estaria desviando a madeira para a construção de uma residência particular.

Se o mercado público passa por várias restaurações e adaptações aos preceitos de higiene e de saúde pública, outras edificações públicas também são reparadas notadamente a partir de meados do século, como as igrejas e mosteiros - da Matriz, de Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora Mãe dos Homens e São Bento - a casa da Assembléia Provincial, edifício do Palácio, casa do Tesouro com varanda de ferro, edifício da alfândega (1874), escola na rua Marquês do Herval, para instalação da Escola Normal (1874). Além destas obras, outras vão se fazer necessárias: a construção de uma casa de prisão em 1837 e de uma cadeia “que preste não só a indispensável para garantia da justiça e com ella da segurança individual e da propriedade, como também se conforme mais com os princípios da humanidade [...]”¹⁰; as pontes do Mandacaru, Gramame (1864) e Sanhauá¹¹ (1864); estradas da ponte do Sanhauá ao Varadouro (1864) e do Tanque (1874); “prolongamento do caes do porto e armazéns de arrecadação” (1864); instalação de fábrica de gás para canalização e iluminação “com columnas, braços, lampeões e competentes combustores” (Carta do Presidente da Província, 09 de março de 1869. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba).

Se em meados do século exigia-se a construção de uma casa de prisão, esta deveria ser realizada em lugar afastado. Da mesma forma, os hospitais e os cemitérios também seriam transferidos para fora da cidade. O remanejamento da cadeia que se situava na Cidade Alta, passando para a Cidade Baixa, provocou a reconstrução do antigo edifício para abrigar a Câmara Municipal. Os hospitais para tratamento dos variolosos também são remanejados para áreas distantes. Foi assim com a Santa Casa da Misericórdia que se situava na Rua da Baixa na Cidade Alta e passa a funcionar em prédio construído nos

¹⁰ Ofício do Ministério dos Negócios do Império em resposta a ofício da Presidência da Província, em 25 de outubro de 1852. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

¹¹ A construção da ponte sobre o rio Sanhauá é matéria de vários documentos oficiais e de jornais. Esta construção gerou muita polêmica, exigindo a vinda de engenheiro do Ministério da Marinha para emitir parecer e resultando em desconstrução do então engenheiro responsável. Mesmo após a sua construção a ponte do Sanhauá permanece provocando controvérsias e o seu precário estado é observado pelo então imperado do Brasil, quando esteve na Paraíba. (Cf. ALMEIDA, 1978).

arrabaldes da cidade, em lugar conhecido como Cruz do Peixe. Toda essa recondução disciplinar dessas edificações pode ser melhor compreendida a partir da leitura de Foucault. Este autor esclarece que “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” e para isto utiliza diversas regras, entre elas, destaca-se a das “localizações funcionais” que

[...] vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. O processo aparece claramente nos hospitais, principalmente nos hospitais militares e marítimos. (FOUCAULT, 1991, p.132).

Nesse sentido, encontra-se no jornal O Liberal Parahybano uma nota oficial comunicando que o Hospital Cruz do Peixe “é destinado ao tratamento dos variolosos, e como seja tal moléstia eminentemente contagiosa, foi elle estabelecido fora da cidade, no prédio que outrora servia de azilo dos educandos artífices.” (Jornal O Liberal Parahybano, 14 de agosto de 1879. Arquivo do NDIHR/UFPB).

Esse conjunto de alterações na estrutura, na morfologia e nas normativas que disciplinam a cidade são resultantes do Movimento da Modernidade e do Ideário Higienista, mas também de um processo que marca a história das cidades e também as brasileiras: a passagem do poder da Igreja para o Estado. Sabe-se que no século XIX e principalmente após 1850, os edifícios religiosos perdem a importância e o destaque na estrutura, na forma e também na vida da cidade. A partir de então, prédios públicos, como um teatro, uma escola, uma biblioteca, além dos passeios públicos e da abertura dos famosos *boulevards* inspirados nas obras do Barão de Haussman em Paris, entre 1850 e 1870 serão construídos nas cidades.

Na Cidade da Parahyba, além da construção dos edifícios acima citados, data também do século XIX, a construção do primeiro cemitério da cidade. A sua construção foi ordenada em 24 de janeiro de 1855, tendo principiado e acabado no mesmo ano. Em 1860, foi assim descrito: “Ele é cercado de um muro de tijollo d’altura de 13 pés pelo qual correm as catacumbas d’algumas irmandades e confrarias, temos a capela no fundo e fachada com portas de ferro; e afora algum aceio e tracto de que precise, de nada mais me

parece carecer para sua conclusão.” (Ofício encaminhado à Presidência da Província, em 1860).

Em 1879 o Jornal A Regeneração publica relatório do vice-presidente da província em exercício, comunicando que “as inhumações n’esta cidade se fazem em dous cemitérios. A área do antigo cemitério denominado do Senhor da Boa Sentença, acha-se quasi toda ocupada pelo grande numero de enterramentos que n’elle se tem feito durante a crise epidêmica.” e que se encontrava ainda em construção o cemitério Cruz do Peixe localizado por trás do Hospital do mesmo nome e que se destinava aos variolosos. No que diz respeito ao cumprimento das normas de salubridade pública, o então vice-presidente da província afirma que foi nomeada uma comissão “composta por todos os médicos da capital, afim de emittirem júzo sobre a conveniência do local em que, de preferênciã, devesse ser construído um terceiro cemitério.” (Jornal O Liberal Parahybano, 28 de agosto de 1879).

No conjunto das alterações e das exigências construtivas, proíbe-se através do artigo 53 do código de postura de 20 de setembro de 1859, a construção de casas de palha, bem como se exige a demolição das existentes. Interessante destacar que em 1860 alguns habitantes da cidade apelam para a revisão dessa determinação o que acontece em setembro de 1861, quando a Assembléia Provincial prorroga por três anos o prazo para a destruição das casas de palha já existentes e reforça-se a proibição de novas construções. (Lei n. 28 de 13 de setembro de 1861). Ressalta-se que as casas de palha eram as habitações da classe trabalhadora, dos pobres da cidade e que se faziam presentes em quase todas as ruas, excetuando-se as principais ruas da cidade alta onde se encontravam as melhores edificações e os melhores sobrados. O maior número de casas de palha estava concentrado em “três ruas sem denominação”, na rua Mãe dos Homens e na rua do Tanque (JARDIM, 1889).

Constata-se, então, a grande presença desse tipo de edificação na capital da Parahyba a despeito das leis promulgadas que determinaram a sua extinção. Essa medida pode ser entendida a partir da interpretação de Chalhoub (1996) sobre a ideologia da higiene, quando diz que nos fins do século XIX os pobres passaram a ser vistos como classes perigosas, não somente porque poderiam oferecer perigo à organização do trabalho e à ordem pública, mas também porque ofereciam risco de contágio, no seu sentido literal. Entendimento este respaldado pelo diagnóstico “de que os hábitos de moradia dos pobres

eram nocivos à sociedade” (CHALHOUB, 1996, p. 29). Nesse sentido, à proporção que a cidade da Parahyba vai se expandido, as casas de palha vão sendo destruídas nas artérias principais e construídas nas vias consideradas periféricas ou fora do perímetro da cidade. É o que se denota ao observar a imagem do final do século da rua do Melão situada na Cidade Baixa e que assim permaneceu até o início do século XX.



Figura 2 – Rua do Melão, 1904. Rodrigues, s/d. Acervo Grupo de Estudos Urbanos-UFPB-CNPq.

Todo esse montante de obras – construções, restaurações e demolições – sobre as edificações da cidade foi acompanhado de uma re-estruturação urbana: alargamento, alinhamento e calçamento das ruas já existentes; abertura de outras vias e construção de praças e jardim público. Higiene e embelezamento eram parâmetros para uma nova civilização urbana e conforme os preceitos da modernidade.

O alargamento das ruas e a construção de praças exigiam a desapropriação de terras e, por conseguinte, o remanejamento de algumas residências. Alguns documentos expressam a ordem de desapropriação, como a que ocorreu sobre duas casas situadas na

rua da Areia (rua que ligava a cidade baixa à cidade alta) para “a feitura e prolongamento da Rua da Viração, e formosamento da Cidade”. (Lei da Assembléia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte em 03 de outubro de 1866. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba).

Se a cidade precisava de ruas mais largas e pavimentadas, por sua vez, a Modernidade também exigia a presença de praças e jardins. Assim, é que se verifica a contínua transformação dos antigos largos coloniais em praças e a construção do jardim público também erguido no antigo largo da igreja do complexo dos jesuítas. (Figuras 3 e 4). No ano de 1879, o jornal O Liberal Parahybano publica a seguinte nota:

Primeira pedra – a 1 hora da tarde de hoje deve ter lugar com toda a solenidade a collocação da primeira pedra do jardim no largo do palácio. [...] Deve ser um acto muito concorrido porque essa obra era uma das que o nosso público esperava ver com mais anciã realizada, e contava que não seria esquecido pelo distincto cidadão, que se acha a frente da administração da província. (Jornal O Liberal Parahybano, 24 de maio de 1879).



Figura 3 – Vista do Palácio do Governo defronte ao local onde se constrói o Jardim Público, 1878. Fonte: RODRIGUES, s/d. Acervo: Grupo de Estudos Urbanos – UFPB/CNPq e Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade – UFPB/CNPq.

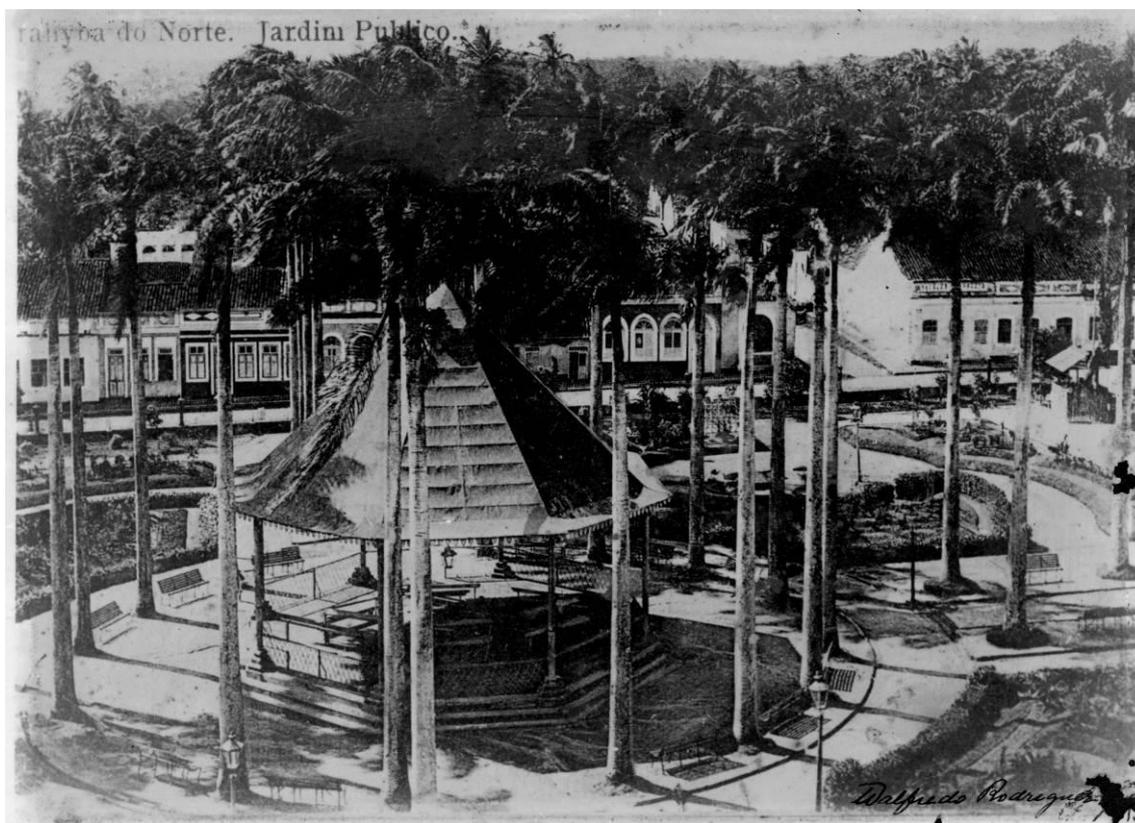


Figura 4 – Jardim Público em 1906. Foto: Walfredo Rodrigues, 1906. Acervo: Grupo de Estudos Urbanos – UFPB/CNPq e Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade – UFPB/CNPq.

De fato, a construção de um jardim público, concretizava uma forte aspiração daqueles que sonhavam com a cidade moderna. Como escreveu Murilo Marx (1988), os jardins, “pode-se dizer que são mesmo recente em nossa paisagem citadina – e, laicos modernamente, testemunham com seu aparecimento o aumento do circuito das terras voltadas ao gozo público.” (MARX, 1988, p. 132).

Assim, se por um lado a inspiração de cidade moderna e o cumprimento dos preceitos da salubridade pública e da higiene conduziram à construção de praças e do jardim público, ao alargamento e ao calçamento das ruas e ainda ao alinhamento das edificações e às outras obras acima mencionadas, por outro lado, provocaram medidas que tinham como princípio a varredura daquilo que representava o atraso, o feio ou anti-higiênico.

Podemos então afirmar que várias foram as tentativas de implementação dos princípios de ordenamento, de disciplinamento, do Movimento Higienista e portanto de modernização na cidade da Paratyba no decorrer do século XIX, destacadamente a partir

dos anos de 1850 e se estendem até os princípios do século XX. À medida que o século avança, aumenta substancialmente o número de documentações oficiais, bem como de matérias jornalísticas que revelam os ideais de cidade moderna, ordenada, bela, civilizada e higiênica. Tais perspectivas se estendem no século XX, concretizando-se com a instalação do serviço de abastecimento d'água em 1912, energia e bondes elétricos a partir de 1914 e esgotamento sanitário em 1922. Tais equipamentos imprimem na cidade mudanças significativas. Entretanto, estas requerem um outro escrito ou um outro capítulo dessa geografia histórica.

Revista CONVERGÊNCIA CRÍTICA

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo Cesar da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. (Tomo 2). João Pessoa: Imprensa Universitária, 1978.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades. I- Sociedad, cultura y paisaje urbano*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.
- CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades. II – Aedes facere: técnica, cultura y clase social em la construcción de edificios*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.
- JARDIM, Vicente Gomes. Monografia da Cidade da Parahyba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, n.º 02, 1910.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*. Mercado das letras. São Paulo: Fapesp, 2003.
- PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lílian. A Reforma Urbana e o Seu Averso: Algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na Virada do Século. *Revista Brasileira de História*, Vol. 5, nº 8/9. São Paulo: Editora Marco Zero, 1984-1985. p. 139 – 189.
- RODRÍGUES, Walfredo. *2 séculos da Cidade – Passeio Retrospectivo (1870-1930)*. João Pessoa: Gráfica da Interplan, s/d.
- TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Imagens de um cotidiano. *Saeculum: Revista de História*. João Pessoa: UFPB/CCHLA-DH, jul./dez., 1996.
- JARDIM, Vicente Gomes. Relatório In: *Jornal Gazeta da Parahyba*, 1889.

Revista Convergência Crítica
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social - NEPETS

Arquivos Consultados: Arquivo Histórico da Paraíba, Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e Arquivo Nacional.

Acervos: Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade – UFPB/CNPq e Grupo de Estudos Urbanos – UFPB/CNPq

Revista
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA